

**especial** feminismos

---

# O FEMINISMO IDENTITÁRIO E A MÍDIA BRASILEIRA

---

## Júlia Corrêa da Rocha

Jornalista do Estado de S. Paulo

Graduada pela UFRGS

DESDE QUE SE POPULARIZARAM, SOBRETUDO na segunda década dos anos 2000, as redes sociais trouxeram um universo inédito de reflexões para as discussões feministas. Os internautas usuários de tais mídias puderam observar o surgimento de articulações expressivas de mulheres, que encontraram um canal de compartilhamento de ideias atreladas ao combate daquilo que caracterizam como “machismo” ou “opressões de gênero”.

Desse ambiente surgiram mobilizações, movimentos e campanhas que passaram a reivindicar espaço em meio às discussões públicas atuais, o que constitui um cenário desafiador para se compreender os componentes de um novo espaço público, com uma disputa renovada de

valores na sociedade – agora, mais polarizada do que nunca. É um cenário que coincide com um período para a compreensão da forma como a sociedade passa a consumir informações – o que afeta, conseqüentemente, as estruturas tradicionais da imprensa.

Se, até não muito tempo atrás, era possível perceber a adoção, por grandes veículos de mídia, de filtros mais rígidos em relação aos assuntos por eles noticiados, nota-se que hoje esses critérios tornaram-se mais flexíveis – boa parte das notícias a que temos (cada vez mais) acesso é pautada por discussões originadas nas próprias redes sociais. E, uma vez que nessas mídias fervilham os debates em torno de questões

identitárias, entre as quais o feminismo se insere, o jornalismo passa a englobar um número significativo de pautas ligadas ao tema.

Ora, se os jornalistas também compõem parte das comunidades virtuais, é evidente que os temas que nelas florescem constituem um novo universo de referências para esses profissionais, que as levam para a sua rotina de trabalho. É um processo natural. Hoje, inclusive, é possível observar que um grande número de estudantes de comunicação conclui seus estudos com monografias dedicadas a questões de gênero. Uma breve pesquisa pelo repositório de monografias da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (TCC..., [2015]), onde concluí minha graduação, permite aferir um crescimento considerável da abordagem. Entre 2008 e 2012, dos 137 trabalhos de conclusão de curso, apenas 3,64% detinham-se nesses temas. Nos cinco anos seguintes, entre 2013 e 2017, dos 221 trabalhos apresentados, 15,38% tinham esse viés. Uma pesquisa mais aprofundada pode

ajudar a evidenciar melhor esse ponto, mas é possível observar que se trata de uma tendência considerável na própria formação dos jornalistas.

O que se busca abordar aqui é um questionamento relativo a uma das consequências desse processo: será que, de um modo geral, a mídia não estaria apostando em uma visão muito restrita a respeito do feminismo? Não estaria o jornalismo atuando conforme uma visão excessivamente produzida, ou filtrada, precisamente, pela simbiose que se nota entre seus profissionais e as redes sociais? Meu intuito, portanto, é especular um pouco sobre essas questões, que se originam nesse cenário acima descrito.

Na primeira seção, apresento uma breve contextualização histórica do movimento feminista. Na segunda, investigo as relações do florescimento de certo feminismo contemporâneo com o que visualizo como um dos marcos das discussões identitárias que ganham espaço no Brasil – as manifestações de 2013. Na terceira, estabeleço a relação

“

Será que, de um modo geral, a mídia não estaria apostando em uma visão muito restrita a respeito do feminismo?

do ponto anterior com os novos desafios impostos à imprensa tradicional a partir desse mesmo marco. Na quarta seção, discorro sobre o comportamento que a mídia passa a adotar desde as transformações do cenário que venho analisando, com exemplos de como publicações tornaram-se muito mais favoráveis a discursos de movimentos ligados ao feminismo emergente nesse contexto. Por fim, busco apontar direções para uma ética jornalística diante desse quadro de transformações.

Com isso, este trabalho pretende apontar questionamentos e direções para reflexões futuras. Isso porque, lançando mão da forma ensaística, não tenho por objetivo entregar resultados técnicos acabados. Desse modo, o presente texto – escrito no calor das próprias mudanças sociais e midiáticas por ele descritas – busca, antes, apresentar possíveis rotas para futuras pesquisas feitas com o apuro que o distanciamento temporal costuma propiciar.

#### **UM PERCURSO PELO FEMINISMO**

Para os propósitos deste trabalho, não é minha intenção apresentar um quadro completo da história do feminismo, recorrendo aos primórdios de práticas a partir das quais mulheres buscaram alguma forma de emancipação. Uma vez que buscarei comparar os movimentos por conquistas de igualdade gestados no fim do século XIX e consolidados até a primeira metade do século XX com as configurações identitárias atuais, acredito que centrar a contextualização nesse intervalo seja uma escolha mais produtiva.

Ao longo da história, o feminismo só apareceria de forma articulada

e organizada no fim do século XIX, à medida que avançava o movimento pelo sufrágio feminino em países como a Inglaterra e os Estados Unidos. Antes disso, algumas vozes solitárias buscaram apontar equívocos dos costumes e configurações sociais que subjogavam as mulheres.

Entre elas, a britânica Mary Wollstonecraft ganhava algum destaque, nos anos 1790, com um manifesto transgressor no qual atacava uma série de entraves legais impostos às mulheres. Mais tarde, em 1929, a escritora Virginia Woolf, que tinha a questão feminista como uma de suas mais caras preocupações, dedicaria, inclusive, um ensaio a ela, salientando que:

Como o estalar da revolução na França expressasse algumas de suas próprias teorias e convicções mais profundas, ela escreveu às carreiras, no calor daquele extraordinário momento, estes dois livros eloquentes e ousados, *Reply to Burke* e *A vindication of the rights of woman*, que são tão verdadeiros que agora nem parecem conter algo de novo, pois sua originalidade se tornou nosso lugar-comum (WOOLF, 2014, p. 307).

Contudo, o caminho até esse “lugar-comum” apontado por Woolf parecia, até o fim do século XX, ainda muito tortuoso. Em 1869, o filósofo e economista britânico John Stuart Mill apontava, em um ensaio intitulado “A sujeição das mulheres”, que a submissão delas, apesar de os homens fecharem os olhos para isso, igualava-se a outras formas de supressão de liberdade que o mundo moderno então buscava abolir.

Em sua visão, evocar como justificativa o “costume” – isto é, conceitos morais que faziam as mulheres crerem

que deviam abdicar completamente de si mesmas – não favorecia, de forma alguma, “o curso da história e as tendências de progresso da sociedade humana” (MILL, 2017, p. 245). Conforme o *Dictionary of critical theory*, editado por Ian Buchanan, por trás da luta, no fim do século XIX, pelo direito ao voto independentemente de idade, raça ou estado civil, estava um ideário segundo o qual as mulheres, com o acesso ao processo democrático, poderiam atingir conquistas ainda mais amplas.

Entre as injustiças contra as quais elas lutavam, estavam restrições quanto ao direito de herança, que só lhes era permitido se fossem casadas; a falta de proteção legal contra a violência sexual; e discriminações no ambiente de trabalho, tais como a ausência de benefícios, como promoções, e de garantias, como a licença maternidade. Evidentemente, embora muitas questões tenham continuado sem avanços, algumas conquistas foram alcançadas, e, assim, as articulações das mulheres foram perdendo força, com guerras mundiais no meio do caminho.

Essa fragmentação durou até a eclosão do que é tido como a segunda onda feminista, entre o fim dos anos 1950 e o início dos anos 1960. Embora a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tenha ocasionado uma inserção maior das mulheres no mercado de trabalho, possibilitando que, na falta de mão de obra, elas ocupassem cargos então destinados apenas aos homens, uma nova geração de ativistas passou a apontar a fragilidade de certas conquistas, com foco agora também na situação doméstica das mulheres.

Desse quadro emergiriam, então, movimentos que levariam à grande revolução sexual do fim dos anos 1960, cujas bases foram pavimentadas por obras como a da francesa Simone de Beauvoir, que lançara, em 1949, *O segundo sexo*, polêmico exame da condição da mulher na sociedade. Com a atuação de nomes como Betty Friedan, Germaine Greer e Kate Millett, reivindicações como igualdade de direitos e liberdade sobre o corpo ganharam terreno, em sintonia com outros tantos movimentos de contestação ao redor do mundo.

A crítica cultural americana Camille Paglia é uma das herdeiras dessa geração e tornou-se uma das grandes vozes críticas da radicalização adotada pelo feminismo contemporâneo – este que, nos anos 1990, constituiu a terceira onda feminista, abrindo espaço, com variáveis como a ascensão da internet, para a quarta onda vivenciada hoje. Conforme explica no ensaio “Mulheres no direito”:

[...] Desde o final da década de 1980, a abordagem dominante na teoria feminista [...] derivou-se do pós-estruturalismo de Michel Foucault e sua discípula Judith Butler, acadêmica americana. A premissa deste sistema, com seu jargão distorcido, é de que o gênero é uma ilusão de linguagem, através da qual toda a realidade é refratada. [...] O corpo em si não existe, a não ser como objeto passivo de obscuro controle social (PAGLIA, 2018 [2015]).

Seguindo esses pressupostos, portanto, o feminismo firma-se como mais uma das lutas identitárias proeminentes hoje, elaborando e adotando um sistema complexo que envolve a noção de subjetividade de questões de gênero, aliada à busca pela correção política e histórica.



A crítica cultural americana Camille Paglia é uma das herdeiras dessa geração e tornou-se uma das grandes vozes críticas da radicalização adotada pelo feminismo contemporâneo

#### **NOVAS ARTICULAÇÕES**

Meu interesse em fazer a retrospectiva acima se relaciona com a proposta de mostrar uma diferença entre o que foi, essencialmente, o movimento feminista durante a maior parte do século passado e o que tem sido este que ganha espaço nas últimas décadas, e que se acentua agora. Isto é, relaciona-se com a proposta de salientar a transição das articulações por conquistas em todas as áreas, no âmbito profissional, doméstico etc., para as manifestações ligadas a teorias pós-modernas que forjam o perfil identitário atual.

Ao analisarmos parte dessas práticas de agora, surgem questionamentos menos sobre as boas intenções nelas existentes do que sobre seus meios e sua eficácia. A conquista de espaços pelas mulheres continua uma questão aberta, pois há ainda muitos obstáculos a serem superados. Entretanto, que meios vêm sendo empregados para a suposta correção de

injustiças históricas que muitas mulheres mobilizam-se hoje para levar a cabo?

Um conflito que surge desse quadro tem a ver com a presença do Estado na resolução dessas questões. Ao mesmo tempo que reivindicam medidas como cotas para determinadas áreas, sobretudo no campo profissional, parte considerável das mulheres tem agido de forma a atropelar uma série de meios legais em nome de seu combate ao machismo. É um fenômeno cada vez mais presente nas universidades, cujos *campi* consolidaram-se como o principal ambiente dessas batalhas ideológicas.

Um exemplo disso são os linchamentos morais de alunos e professores que ousam posicionar-se contra determinado ideário, virando alvo, frequentemente, de condenações virtuais sem nenhum direito de defesa ou “perdão” – isso quando não ocorrem, ainda, processos disciplinares, ou mesmo casos de expulsão sumária. Outra prática

também disseminada é o impedimento da realização de palestras e conferências de acadêmicos que estão na mira desses movimentos<sup>1</sup>.

Até mesmo mulheres feministas, mas que não compactuam com a totalidade desse ideário, tornam-se alvo de ataques. É o caso de Ayaan Hirsi Ali, muçulmana que advoga contra práticas como a mutilação genital e o casamento forçado, presentes no islamismo. Em um dos episódios, por não estar de acordo com o relativismo que caracteriza esses movimentos, ela foi desconvidada, devido a protestos de grupos de estudantes, para a entrega de uma honraria que a Brandeis University pretendia lhe conceder.

Essa nova configuração foi gestada, em grande parte, na sociedade americana contemporânea, e o resultado disso, segundo o cientista político Mark Lilla, da Columbia University, é a proeminência, nos últimos tempos, de uma “pseudopolítica”, desconectada da visão dos cidadãos americanos “comuns”. Para compreender esse quadro, que, na sua visão, teria sido um fator determinante para a eleição, em 2016, do presidente do Partido Republicano Donald Trump, Lilla analisa períodos de conciliação nacional, denominados por ele como “dispensações”.

Na obra *O progressista de ontem e o do amanhã* (2018), ele examina como o governo Roosevelt, democrata, e o governo Reagan, republicano, foram hábeis em oferecer uma visão partilhada de sociedade, apostando em uma

unidade entre os cidadãos americanos. Por outro lado, uma parcela significativa dos progressistas insiste, hoje, em um liberalismo identitário que, de acordo com Lilla:

Vive hipnotizado por simbolismos: conquistar uma diversidade superficial nas organizações, recontar a história de modo a deslocar o foco para grupos marginais e não raro minúsculos, inventar eufemismos inócuos para descrever realidades sociais (LILLA, 2018, p. 17).

É importante ressaltar que Lilla assume-se como um progressista, reconhecendo, do mesmo modo como me proponho neste artigo, a necessidade de se dar atenção às minorias, dado que são os grupos mais propensos a terem seus direitos civis ameaçados. O ponto é que determinadas escolhas de como canalizar essas preocupações acabaram, inclusive, por deixar certas minorias ainda mais vulneráveis. Como explica Lilla:

Numa democracia, a única maneira de defendê-las a sério – e não fazer apenas gestos vazios de reconhecimento e “celebração” – é ganhar eleições e exercer o poder no longo prazo, em todos os níveis de governo. E o único jeito de conseguir isso é ter uma mensagem com apelo para o maior número possível de pessoas e assim uni-las. O liberalismo identitário faz exatamente o oposto (LILLA, 2018, p. 16).

Não são poucos os analistas que apontam como a insistência em um discurso que, em última instância, sugeria uma polarização social contribuiu para a eleição de Donald Trump, figura que lança

1 Criada em 1999, a Foundation for Individual Rights in Education (Fire) mantém uma base de dados para registrar casos em que acadêmicos sofrem com os vetos mencionados. Na plataforma, é possível encontrar informações como o tipo de evento, o nome dos palestrantes e os tópicos que pretendiam abordar, bem como a sua visão política. Ver Fire ([1999]).

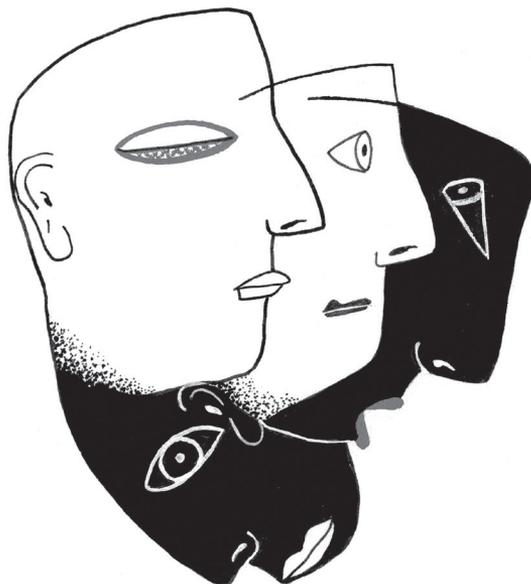
sua retórica precisamente contra as minorias. Em artigo publicado em 26 de março de 2016 no *The New York Times*, o jornalista Nicholas Kristof já mostrava que, apesar de ter razão ao abordar a falta de diversidade racial, étnica e de gênero, as elites da mídia estariam ignorando a diversidade econômica. “Vivemos no mundo da classe média e não cobrimos bem essa parte da América em ebulição”, diz Kristof (2016), referindo-se à falta de atenção a grupos como o dos desempregados – parte conhecida do eleitorado de Trump.

Se, até aqui, concentrei-me nesse modelo americano, é porque ele sintetiza tanto as conquistas de direitos e liberdade, que foram comuns para uma narrativa feminista mais ampla, quanto esse novo feminismo de perfil identitário – “importado”, nos últimos tempos, pela própria sociedade brasileira em seus círculos formadores de opinião. Não por

acaso, uma série de termos estrangeiros criados para descrever práticas machistas passou a figurar no vocabulário feminista local.

No livro *A vítima tem sempre razão?* (2017), Francisco Bosco observa que as “lutas identitárias não começaram ontem no Brasil, mas retornaram, nos últimos anos, com uma intensidade sem precedentes” (BOSCO, 2017, p. 10). Desde o início da década, o país viu nascer, além de uma série de *blogs* com a temática feminista, mobilizações, como a Marcha das Vadias, e campanhas virtuais que incentivavam relatos e denúncias de mulheres, como #chegadefiuuiu e #meuprimeiroassédio.

De modo similar a como Lilla examina a fragmentação de imagens comuns que formavam uma visão partilhada de sociedade nos Estados Unidos, Bosco aponta o colapso do lulismo – “[...] uma espécie de correlato político-institucional



da cultura social da cordialidade, isto é, da tendência ao não enfrentamento direto das tensões sociais” (BOSCO, 2017, p. 11) – como um dos fatores que levaram à formação do que ele denomina como o “novo espaço público brasileiro”, fomentado, ainda, pelas manifestações de 2013 e pela emergência das redes sociais digitais. Em sua visão:

Com o fim do lulismo sobreveio uma sociedade crítica, em permanente crise consigo mesma, problematizando todas as dimensões e aspectos da vida social. Dentro desse movimento, emergiram com força sem precedentes as lutas identitárias (BOSCO, 2017, p. 64).

No livro *Guerra cultural: ideólogos, conspiradores e novos cruzados* (no prelo), Eduardo Wolf, em termos mais próximos daqueles formulados por Lilla, indica tal cenário como o fim de um ciclo mais amplo, que envolveria aspectos como estabilidade econômica, rede de proteção social ampla e estabilidade institucional. Segundo ele:

Ao longo do período que se estende da formação do governo de Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda, em maio de 1993, até as manifestações de junho de 2013, algo semelhante a uma visão comum de país consolidou-se, expandiu-se e, com uma intensidade notável, implodiu (WOLF, 2019).

Para Francis Fukuyama, embora o Brasil não fosse uma ditadura, seus protestos mantinham relação com a

Primavera Árabe pelo fato de serem impelidas também por uma classe média frustrada. Conforme o autor descreve na obra *Ordem e decadência política*, “[...] como resultado do desenvolvimento econômico que ocorreu na geração anterior, surgiu uma nova classe média, cujas expectativas eram muito mais elevadas do que aquela da geração de seus pais” (FUKUYAMA, 2014, p. 12). Nesse contexto, se os movimentos árabes, a partir de 2011, utilizaram plataformas como o Twitter para articular revoluções populares, uma onda militante no Brasil encontrou também nas redes um terreno fértil para organizar mudanças de valores que consideravam enraizados, de forma nociva, na sociedade.

Essa empreitada, no entanto, deparou-se, no Brasil, com as mesmas questões a respeito do liberalismo identitário americano. No caso nacional, é verdade, nenhum grande partido progressista institucionalizou propriamente essas questões em suas agendas, como o fez o Partido Democrata americano, que abraçou veementemente a retórica dos grupos identitários<sup>2</sup>, mas isso não impede que se reconheça que se trata de uma pauta hoje difusa em diferentes meios progressistas brasileiros.

#### OS DESAFIOS PARA A IMPRENSA

Como já dito aqui, a inclusão dessa agenda entre as pautas da imprensa decorre, em boa medida, de um processo orgânico, uma vez que os jornalistas frequentam

2 Para ilustrar esse comportamento do Partido Democrata, Lilla (2018, p. 15) relata que há, em seu *site*, uma lista de *links* intitulada “povo”, cada *link* levando a uma página dedicada a um grupo ou identidade, e em um total, descreve ele, de 17 diferentes mensagens. Algo bem diferente do site do Partido Republicano, que exhibe apenas um documento intitulado “Princípios para a renovação americana”, uma “declaração de posições sobre distintas e abrangentes questões políticas”.



Enquanto a mídia parecia não compreender bem o que ocorria nas ruas, oferecendo, em um primeiro momento, pouco espaço para noticiar as manifestações, muitos jovens recorriam às redes sociais para obter informações de forma mais direta e horizontalizada

as redes onde essas discussões identitárias têm espaço. Contudo, não é possível deixar de interpretá-la como uma resposta que a mídia, de um modo geral, passou a buscar dar às críticas que sofreu após as manifestações de 2013.

Depois de as motivações dos protestos terem extrapolado o aumento do preço da passagem do transporte público, a própria imprensa figurou entre as instituições contra as quais os manifestantes passaram a rebelar-se. Como observa Bosco, “o *modus operandi* da grande mídia passou a ser percebido com muito maior desconfiança a partir de junho de 2013 devido à ação de metamídia das redes sociais digitais” (BOSCO, 2017, p. 69). Segundo o autor, a imprensa saiu da “zona de conforto”, tendo seus princípios e métodos “frontalmente questionados”.

Isso porque, enquanto a mídia parecia não compreender bem o que ocorria nas ruas, oferecendo, em um primeiro momento, pouco espaço para noticiar as

manifestações, muitos jovens recorriam às redes sociais para obter informações de forma mais direta e horizontalizada. Desse quadro, nota-se um fenômeno que põe em xeque a noção do jornalismo como um “sistema perito”.

Desenvolvida por Miguel (1999) a partir da obra de Anthony Giddens, essa ideia compreende o jornalismo como um sistema de competência técnica cuja efetividade repousa na crença depositada por seus consumidores. Sem dominar o processo de produção de informações, os leitores e espectadores confiariam na veracidade dos fatos e na justeza da seleção e hierarquização das notícias, como se não houvesse um desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística (ROCHA, 2015).

Nesse sentido, o contraste entre as manchetes das principais publicações brasileiras naquele momento com as informações que eram obtidas pela comunicação nas redes tornou o jornalismo

produzido no país muito mais exposto a críticas. Disso não se pode deduzir, necessariamente, uma manipulação midiática. Além da falta de uma compreensão mais ampla, alguns veículos da imprensa tradicional simplesmente não tinham nem a logística nem as condições técnicas adequadas para acompanhar toda aquela agitação.

Uma breve análise de algumas notícias produzidas naquele mês ajuda na compreensão desse cenário. Em 7 de junho, a Folha de S. Paulo, por exemplo, oferecia uma pequena manchete intitulada “Vandalismo marca ato” (FOLHA DE S. PAULO, 2013A), em contraste com um grande destaque para uma notícia a respeito do governo Obama, nos Estados Unidos. Devido aos atos violentos que marcaram parte desses eventos, o jornal O Estado de S. Paulo, na mesma data, publicou a visão de um psiquiatra forense sobre a psicologia das massas (BARROS, 2013), um sinal da falta de compreensão que rondava os profissionais desses veículos diante dos protestos.

Por residir em Porto Alegre naquele momento, ter colegas que trabalhavam na redação e ter produzido, posteriormente, uma monografia a respeito de um suplemento que passaria a ser editado em Zero Hora, pude acompanhar com mais proximidade as movimentações em torno desse jornal, o principal do Rio Grande do Sul. No dia 15 de junho, seu editorial apontava que as manifestações pareciam “refletir muito mais um modismo orquestrado pelas redes sociais do que propriamente interesses específicos de setores realmente desassistidos da sociedade” (BOICOTE..., 2013).

O tom adotado rendeu (e aqui não se busca justificar nenhum ato, apenas apontar relações a partir da ordem dos fatos) diversos ataques dos manifestantes, que não só passaram a insultar profissionais que faziam a cobertura como se dirigiram até a sede do jornal em protestos que culminaram em confrontos com a polícia. Pouco antes, em São Paulo, uma repórter da Folha de S. Paulo

“

Além da falta de uma compreensão mais ampla, alguns veículos da imprensa tradicional simplesmente não tinham nem a logística nem as condições técnicas adequadas para acompanhar toda aquela agitação

fora atingida no olho por uma bomba de gás lacrimogênio lançada pela polícia, o que pareceu fazer o jornal mudar significativamente sua retórica, lançando, no dia 18 de junho, uma capa que ressaltava os protestos como a “maior mobilização pós-Collor” (FOLHA DE S. PAULO, 2013b).

No jornal Zero Hora também se adotou uma nova abordagem, algo que ficaria ainda mais evidente no ano seguinte, quando o jornal lançou o suplemento cultural ProA. Objeto de pesquisa de minha monografia, o caderno nasceu inspirado no estudo “The Communication Revolution” (THE COMMUNICATION REVOLUTION, 2013), cujas premissas, norteadas por reflexões sobre as manifestações de 2013, aconselhavam os jornalistas a “pensarem de modo plural” e “serem atentos à mobilidade”, entre outros aspectos.

Dessa maneira, as lutas identitárias que Bosco salienta terem emergido naquele momento ganharam amplo espaço na publicação. Em 22 de junho de 2014, por exemplo, o caderno dedicaria duas páginas a uma reportagem intitulada “Quando chocar é a palavra de ordem”, que dissecava o movimento feminista contemporâneo, o qual, segundo a matéria, “defende suas causas com estratégias de confronto usando corpo e performances” (DUARTE, 2014).

De lá para cá, pautas como o feminismo tornaram-se muito mais presentes em diferentes canais e publicações. Hoje, até mesmo programas de entretenimento e revistas de variedades dão espaço para discussões feministas, buscando alcançar um público mais amplo, de diferentes perfis e origens.

## UMA CRÍTICA

Certamente, a atenção para essas pautas é algo profícuo para o jornalismo. Se muitos veículos fizeram a devida autocrítica, muitos deles, por outro lado, ficaram cada vez mais dependentes da aprovação do que se chama, popularmente, de “minorias barulhentas” das redes sociais.

Com jornais e revistas buscando cada vez mais inserir-se e quase camuflar-se nesses meios (não faltam publicações, por exemplo, que lançam mão da informalidade dos “memes” para aproximar-se dos leitores), a resposta do público ficou mais imediata, e as publicações, ainda mais vulneráveis. Pequenos grupos, para os quais “lacrar” nas redes é uma das palavras de ordem, passaram a vigiar e desaprovar publicamente cada notícia que lhes desagradasse. Lembrando, é claro, que a crítica à imprensa é sempre saudável em uma democracia.

A questão é que uma retórica muito específica passou a moldar, como nunca antes, parte das principais discussões midiáticas em matéria de feminismo e sobre temas ligados às minorias. Junto, então, à perda da força da ideia do jornalismo como um sistema perito, percebe-se que a imprensa passou, inclusive, a veicular até mesmo factoides nascidos no ambiente virtual. Não seria correto atribuir essas posturas a um processo centralizado, consciente e dirigido por todos os veículos. Mas é inegável tratar-se uma tendência expressiva entre os processos editoriais, visível em seus diferentes suportes e linguagens, com consequências cujo alcance ainda não pode ser perfeitamente mensurado.

Na Folha de S. Paulo, nasceria, em 2016, o *blog* #AgoraÉQueSãoElas, produzido por Alessandra Orofino, Ana Carolina Evangelista, Antonia Pellegrino e Manoela Miklos. Sua apresentação (FOLHA..., 2016), na época, explicava que a iniciativa convidaria outras mulheres para escrever semanalmente na plataforma, sendo a primeira delas Djamila Ribeiro, uma das ativistas de mais destaque do feminismo de perfil identitário nascido no Brasil.

Em 22 de fevereiro de 2016, o *blog* chegou a abrir espaço para uma voz divergente, mas que logo foi silenciada por suas leitoras. Era um texto publicado pela atriz Fernanda Torres (2016), no qual ela apresentava sua visão pessoal sobre o feminismo, mais condescendente com atitudes masculinas. Com acusações como a de que ela seria uma “mulher branca de classe média”, o que não lhe garantiria o devido “lugar de fala”, a pressão foi tamanha que Fernanda publicaria, dois dias depois, um *mea culpa* em que dizia não querer ser inimiga de nenhum movimento.

Uma evidência dessa tendência também aparece na forma como a imprensa recebeu as repercussões do movimento #metoo, organizado por atrizes de Hollywood para realizar, nas redes sociais, denúncias de assédio. Nos Estados Unidos, inúmeros ensaios matizaram o tema, mas aqui foi bem diferente. Quando um movimento de cem artistas e intelectuais francesas decidiu lançar, em texto publicado no jornal *Le Monde*, um manifesto crítico a certos métodos adotados pelo movimento americano, a mídia não demonstrou a mesma benevolência. Publicada em 13 de janeiro

de 2018, uma matéria n’O Estado de S. Paulo (BRASIL, 2018) ouviu a opinião de três mulheres brasileiras sobre as discussões – todas elas críticas ao grupo francês.

Uma de suas signatárias, a francesa Catherine Millet, teria de enfrentar, depois, o tom severo das perguntas e críticas dirigidas a ela por publicações brasileiras. Na revista *Piauí*, em texto publicado em 16 de janeiro de 2018, ela foi descrita como uma mulher que sofria da “síndrome da garota *cool*”, pois, ao criticar o feminismo, estaria atrás da “aprovação incontestada dos homens” (VIANNA, 2018). Em julho, ela viria ao Brasil para dar uma conferência em São Paulo, e as críticas que proferiu ao movimento #metoo foram motivo para um texto irônico no jornal *O Estado de S. Paulo*, cujo título sugeria que ela “atacava a sororidade” (HOLANDA, 2018).

Mais um exemplo de como o feminismo brasileiro abraçou fortemente o modelo americano de feminismo é um episódio ocorrido em dezembro de 2018. Kéfera, jovem *youtuber* brasileira, foi convidada a participar do programa matinal da apresentadora Fátima Bernardes, na Rede Globo. Em meio a uma discussão sobre feminismo (uma novidade em programas de entretenimento de canais abertos), um integrante da plateia fez questionamentos sobre o tema. A jovem, então, respondeu-lhe rispidamente, acusando-o de ações como “*mansplaining*” e “*manterrupting*”, em uma enxurrada de termos pouco compreensíveis para quem não frequenta esse universo. Se havia alguma chance de o rapaz compreender sua visão de mundo, o tom adotado por ela, sob endosso da

apresentadora, mostra como essas atitudes podem interditar o diálogo.

### **CAMINHOS POSSÍVEIS**

Com os exemplos acima, não se busca apontar uma manipulação por parte da imprensa quanto à imposição de uma única visão. No entanto, eles são mencionados para que seja possível observar exatamente esse viés que caracteriza o cenário atual do feminismo, em detrimento de pautas que o tomem como um fenômeno mais abrangente na sociedade – e que, ao mesmo tempo, valorizem a individualidade e a autonomia do pensamento, das experiências e dos sentimentos de cada mulher.

No ensaio intitulado “O mal-estar no feminismo” (2017), publicado no *blog* Estado da Arte, Juliana de Albuquerque bem adverte que:

[...] mudanças drásticas de comportamento, sejam individuais ou coletivas, nem sempre indicam saúde e progresso. Pelo contrário, tais mudanças, exatamente por serem repentinas, escondem motivações ainda desconhecidas. Carecem de fundamentação e correm o risco de serem revertidas com maior facilidade (ALBUQUERQUE, 2017).

Se a coragem para denunciar assédios em movimentos como o #metoo é admirável – bem como é saudável que a imprensa dê visibilidade a essas pautas –, penso que a prudência, a crença no diálogo e a aceitação da divergência constituem o melhor caminho para que essas reivindicações sejam compreendidas pela sociedade em todas as suas nuances, sem deixarmos de preservar nossa herança moderna da presunção de inocência e do direito de defesa.

Em recente artigo para a Folha de S. Paulo, o cientista político Fernando Schüler avalia que:

[...] uma explicação possível para esse ganho de intensidade das políticas de identidade é a constatação de que, com a internet e as redes sociais, as sociedades adquiriram traços de uma grande comunidade. [...] Fomos reconvocados a viver juntos. Voltamos a imaginar possível um acordo ético perdido no tempo. [...] Daí o choque cultural, a guerra cotidiana num ambiente de baixa empatia, como é a internet, em que o debate público surge como jogo de soma zero (SCHÜLER, 2017).

Sendo assim, diferentemente das redes sociais em que essas pautas ganham espaço, o jornalismo não pode manter essa lógica de baixa empatia presente nas discussões daqueles ambientes, nos quais acusações e ofensas são a moeda corrente. E como instituição crucial de uma democracia, o jornalismo não deveria se render também à “pseudopolítica” que Lilla bem nos apresenta. Afinal, mesmo que a garantia de suas atividades esteja fortemente atrelada ao progresso social, o qual deve também acompanhar no curso da história, não cabe ao jornalismo fazer militância.

Se o feminismo deve ganhar espaço, a mídia, que, em todas as variáveis, detém importante papel na transmissão de sentidos, também deveria permanecer atenta para não fazer dele apenas um modismo excludente expresso por meio de chavões, palavras de ordem e jargões de grupos minoritários. Em um momento de descrédito vivido pela imprensa, o senso de justiça e responsabilidade social deve, mais do que nunca, guiar seu exercício.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Juliana de. O mal-estar no feminismo. In: ESTADO DA ARTE: um espaço para a discussão de ideias para nosso tempo. São Paulo, SP, [1995]-. 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/mulheres-no-direito-por-camille-paglia>>. Acesso em: 23 jan. 2019
- BARROS, Daniel Martins de. No meio da multidão, a pessoa faz coisa que não faria sozinha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 jun. 2013. Caderno Metrópole, p. A13. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130607-43697-nac-12-cid-a12-not>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- BOICOTE à democracia. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 jun. 2013. Editorial. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2013/06/page/10/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BOSCO, Francisco. *A vítima tem sempre razão?* São Paulo: Todavia, 2017.
- BRASIL, Ubiratan. “Não existe o direito de importunar”, defende a colunista Ruth Manus; veja mais repercussão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2018. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,nao-existe-o-direito-de-importunar-defende-a-colunista-ruth-manus-veja-mais-repercussao,70002149176>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- DUARTE, Letícia. Quando chocar é a palavra de ordem. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 jun. 2014. Caderno Proa.
- FIRE. Desinvitation database. In: FIRE (Foundation for Individual Rights in Education). Philadelphia, PA, [1999]. Disponível em: <[https://www.thefire.org/research/disinvitation-database/#home/?view\\_2\\_page=1](https://www.thefire.org/research/disinvitation-database/#home/?view_2_page=1)>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- FOLHA DE S. PAULO. Ano 93, n. 30.746, 7 jun. 2013a. Capa. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19518&anchor=5876307&pd=f74da8ce9f719b4fd61c127813ee7d94>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- FOLHA DE S. PAULO. Ano 93, n. 30.757, 18 jun. 2013b. Capa. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=19529&anchor=5878043&pd=4de4612bbd3118212eb7944d143c7307>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- FOLHA estreia blog com ponto de vista feminino. *Folha de S. Paulo*, 27 jan. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1733877-folha-estrela-blog-com-ponto-de-vista-feminino.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- FUKUYAMA, Francis. *Ordem e decadência política*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- HOLANDA, Marianna. Em São Paulo, francesa crítica do #MeToo ataca sororidade e ‘feministamente correto’. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 jul. 2018. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,em-sao-paulo-francesa-critica-do-metoo-ataca-sororidade-e-feministamente-correto,70002388670>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- KRISTOF, Nicholas. My shared shame: the media helped make trump. *The New York Times*, New York, 26 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/03/27/opinion/sunday/my-shared-shame-the-media-helped-make-trump.html>>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- LILLA, Mark. *O progressista de ontem e o do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 197-208, 1999.
- PAGLIA, Camille. As mulheres no direito, por Camille Paglia. In: ESTADO DA ARTE: um espaço para a discussão de ideias para nosso tempo. São Paulo, SP, [1995]-. 1 dez. 2018 [2015]. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/mulheres-no-direito-por-camille-paglia>>. Acesso em: 23 jan. 2019. Tradução de Cristina Macedo do original em inglês que integra *Provocations, collected essays*, publicado no mesmo ano em Nova York pela editora Pantheon. O mesmo texto aparece como “Prefácio” de *Histórias de vida: mulheres do Direito, mulheres no Ministério Público*, de 2015, organizado por Gunter Axt.
- ROCHA, Júlia Corrêa da. *A curadoria do suplemento cultural: análise da gênese do caderno Proa*, de Zero Hora (2014- 2015). Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- SCHÜLER, Fernando. Obsessão com identidades e histeria conservadora desafiam democracia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 dez. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1941563-obsessao-com-identidades-e-histeria-conservadora-desafiam-democracia.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- STUART MILL, John. *Sobre a liberdade e a sujeição das mulheres*. São Paulo: Penguin Companhia, 2017.

TCC comunicação social. In: LUME: repositório Digital UFRGS. Porto Alegre, RS, [2015]. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/26427>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

THE COMMUNICATION REVOLUTION. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <<http://www.therevolutionrevolution.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

TORRES, Fernanda. Mulher. In: #AGORAÉQUESÃOELAS: um espaço para mulheres em movimento. São Paulo, SP, 2016- . 22 fev. 2016. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/02/22/mulher/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VIANNA, Branca. Catherine Millet e a síndrome da “cool girl”. Piauí, São Paulo, 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/catherine-millet-e-a-sindrome-da-cool-girl/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WOLF, Eduardo. *Guerra cultural: ideólogos, conspiradores e novos cruzados*. Rio de Janeiro: Record, 2019. No prelo.

WOOLF, Virginia. *O valor do riso e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

